



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

A PREDOMINÂNCIA PRIVADA E À DISTÂNCIA: CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

Jane Cruz Prates¹

Monique Bronzoni Damascena²

Gissele Carraro³

Franciele Machado dos Santos⁴

Resumo: Trata-se dos resultados parciais do mapeamento de Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação, no Rio Grande do Sul, como etapa inicial do Procad Amazônia, que estuda a formação e o trabalho de assistentes sociais no norte e sul do Brasil. Chama a atenção a ampla predominância da oferta privada e à distância na graduação e privada na pós-graduação, o que tende a agravar-se no contexto atual.

Palavras-Chave: Serviço Social. Ensino e Formação. UFAS RS. PPGS RS.

Abstract: These are the partial results of the mapping of Undergraduate Courses and Postgraduate Programs in Rio Grande do Sul as the initial stage of Procad Amazônia, which studies the training and work of social assistants in the north and south of Brazil. Attention is drawn to the wide prevalence of private and distance education in undergraduate and postgraduate courses, which tends to worsen in the current context.

Keywords: Social Work. Teaching and Training. UFAS RS. PPGS RS.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma primeira etapa de investigação relativa ao projeto Procad Amazônia, que articula a parceria entre Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul para problematizar o ensino e a formação em Serviço Social nessas regiões do Brasil e conta com apoio financeiro da Capes. Entre as atividades iniciais propostas pelo grupo, estabeleceu-se a necessidade de mapear e caracterizar os cursos e programas de pós-graduação na área do Serviço Social existentes nos três Estados que compõem a pesquisa. Apresenta-se uma

¹ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <jprates@pucrs.br>.

² Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <jprates@pucrs.br>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <jprates@pucrs.br>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <jprates@pucrs.br>.

análise preliminar dos dados quantitativos coletados, relativos ao Estado do Rio Grande do Sul.

O Serviço Social no Rio grande Sul é um dos pioneiros no Brasil. Conforme mostram os estudos sobre a história do Serviço Social no Estado, observa-se que, assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Serviço Social, no Rio Grande do Sul, nasce ligado à Igreja Católica. Conforme Bulla (2008), a fundação de uma escola para a formação dos novos profissionais para essa atividade surgiu na V Semana de Ação Social de Porto Alegre, promovida pela Igreja Católica, em 1944. Em que pese o fato de o Serviço Social disponibilizar-se a trabalhar com a desigualdade social e com a classe trabalhadora, a implantação do serviço, e de espaços para a formação desses profissionais não resultou de qualquer reivindicação popular. Conforme Bulla (2008),

a partir da V Semana de Ação Social, passou-se a discutir a possibilidade de fundar em Porto Alegre, junto às Faculdades Católicas, então existentes, uma Escola que formasse pessoal para a nova profissão, o Serviço Social. As providências tomadas culminaram com a fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, em 25 de março de 1945, sendo vinculada às Faculdades Católicas. Em 1948 foi criada a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, constituída pelas 4 faculdades pioneiras: Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Serviço Social (BULLA. 2008, p. 12).

A marca do ensino privado no Estado prevaleceu por longo período, sem a presença de nenhum curso de Serviço Social público até os anos 2008, quando foi implantado o primeiro Curso de Graduação em Serviço Social público no Estado, na Universidade Federal do Pampa, campi São Borja, seguido da Implantação do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do RS em Porto Alegre e logo, do Curso de Serviço Social na UFSM em Santa Maria. Um Estado que dispõe de 9.079 assistentes sociais registrados (as) no CRESS-RS, até outubro de 2018, dispõe atualmente de apenas três cursos de Serviço Social públicos e bastante jovens em relação aos demais presenciais de origem privada. Contudo, a predominância privada em nível de graduação em Serviço Social não é uma particularidade do Estado, mas uma realidade nacional.

No caso da Pós-Graduação na área 32, relativa ao Serviço Social junto a Capes, somos 36 Programas, dos quais 30 são públicos e 06 privados. Logo, inverte-se a predominância, no caso da Pós-Graduação majoritariamente pública. Porém, no RS a lógica anterior é mantida, o Programa mais antigo de Pós-Graduação em Serviço Social, tem 45 anos, é ofertado pela PUCRS, vincula-se a Escola de Humanidades e oferece cursos de mestrado e doutorado. O Estado dispõe de apenas três PPGS na área, o segundo, Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos, foi implantado em 2006, é também privado e ofertado pela UCPEL, Pelotas, dispondo de mestrado e doutorado. Por fim, o mais recente e único Programa público na área ofertado no RS, é o Programa de Pós-

Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da UFRGS, criado há 03 anos e que dispõe somente de mestrado. Logo, o RS possui apenas três Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, dos quais dois privados e um público, sendo que apenas os privados ofertam doutorado na área.

2 MAPEANDO E CARACTERIZANDO OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO RS

Inicialmente pretende-se dar visibilidade aos processos que foram realizados para obtenção dos dados, destacando fontes utilizadas e procedimentos. Os dados que compõem a tabela⁵ dos cursos de graduação e pós-graduação do Rio Grande do Sul – RS foram buscados no site do Ministério da Educação, através do Portal e-MEC (link de acesso: <http://emec.mec.gov.br/>). Tal portal se constitui no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. A busca foi realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2019. Foram encontrados cento e trinta e um (131) municípios no RS, em um universo de quatrocentos e noventa e sete municípios (497), com Universidades que possuem Cursos de Serviço Social. Os municípios foram organizados a partir da divisão geográfica vigente no período de 1989 a 2017, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Tal divisão⁶ estabelece que o estado do Rio Grande do Sul – RS apresenta sete (7) mesorregiões⁷, que por sua vez abrangem trinta e cinco (35) microrregiões. Apresenta-se as primeiras informações no quadro 1, que segue:

Quadro 1: Cursos Graduação e Programas de Pós-graduação em Serviço Social no RS, segundo distribuição regional e caracterização quanto a natureza e modalidade de ensino

MESORREGIÃO	CURSOS DE GRADUAÇÃO EaD	CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	INST. PÚBLICAS	INST. PRIVADAS	TOTAL DE CURSOS E PROGRAMAS DE SERVIÇO SOCIAL POR MESORREGIÃO E TOTAL NO ESTADO DO RS
-------------	-------------------------	---------------------------------	----------------------------	----------------	----------------	---

⁵ Para acessar a tabela completa use o seguinte link: Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LkwMQzpnTcgnnD9PRR2kTjaQHMDDrZAQQdQ18HCY55U/edit#gid=2069770689>>. Acesso em: jun 2019.

⁶ A divisão completa pode ser acessada através do seguinte link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Sul. A fonte Wikipédia utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para a elaboração e divulgação das informações, porém estes dados não estão mais disponíveis no site do próprio IBGE.

⁷ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/>.

NOROESTE	95	7	0	0	102	102
NORDESTE	43	4	0	0	47	47
CENTRO OCIDENTAL	27	2	0	1	28	29
CENTRO ORIENTAL	30	2	0	0	32	32
METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	175	8	2	1	182	183
SUDOESTE	46	1	0	1	46	47
SUDESTE	44	2	1	0	46	46
TOTAL	460	26	3	3	483	486

Fonte: elaborado pela equipe de pesquisa, com base nos dados do portal e-MEC.

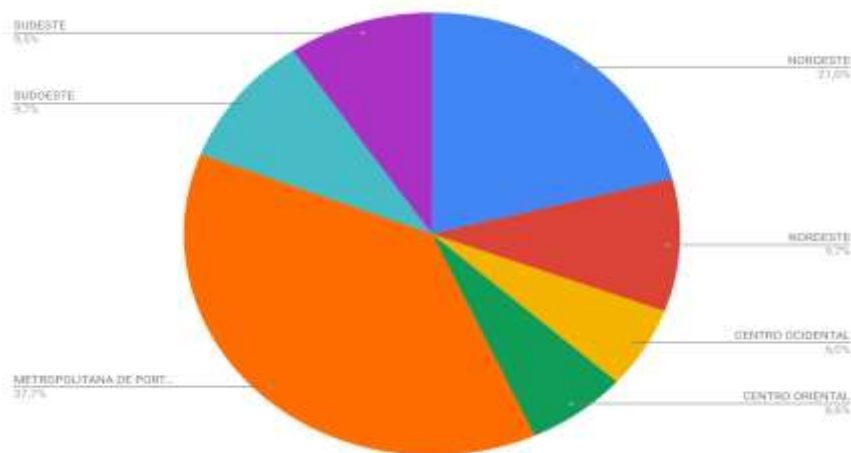
No que concerne a Pós-Graduação, o estado do Rio Grande do Sul – RS dispõe de PPGS da área em apenas duas mesorregiões, sendo que dois deles se localizam no município de Porto Alegre, na Mesorregião Metropolitana e são os seguintes: Programa de Pós-graduação em Serviço Social, com Mestrado e Doutorado, avaliado como nota 6 pela Capes no último quadriênio e vinculado a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, com Mestrado e avaliação nota 3 da Capes no último quadriênio, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Já o terceiro PPG da área está localizado na cidade de Pelotas, na Mesorregião Sudeste. Intitulado Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, dispõe de Mestrado e Doutorado, vincula-se a Universidade Católica de Pelotas - UCPEL e, no último quadriênio foi avaliado com nota 4, pelas Capes.

Foram elaborados, com base na tabela anterior, dois gráficos. O primeiro evidencia, mais claramente, as diferenças quantitativas encontradas entre instituições de ensino na modalidade presencial e EaD. Já o segundo demonstra a diferença entre a quantidade de instituições públicas e privadas no estado do RS. Verifica-se, portanto, com base na tabela apresentada que apenas 0, 6% dos Cursos e Programas de Pós-graduação em Serviço Social, no Estado são ofertados por instituições públicas, enquanto 99,4%, a quase totalidade, são ofertados por instituições privadas. No caso dos Cursos de Graduação em Serviço Social, apenas 5,3% são ofertados na modalidade presencial, enquanto 94,7% na modalidade à distância.

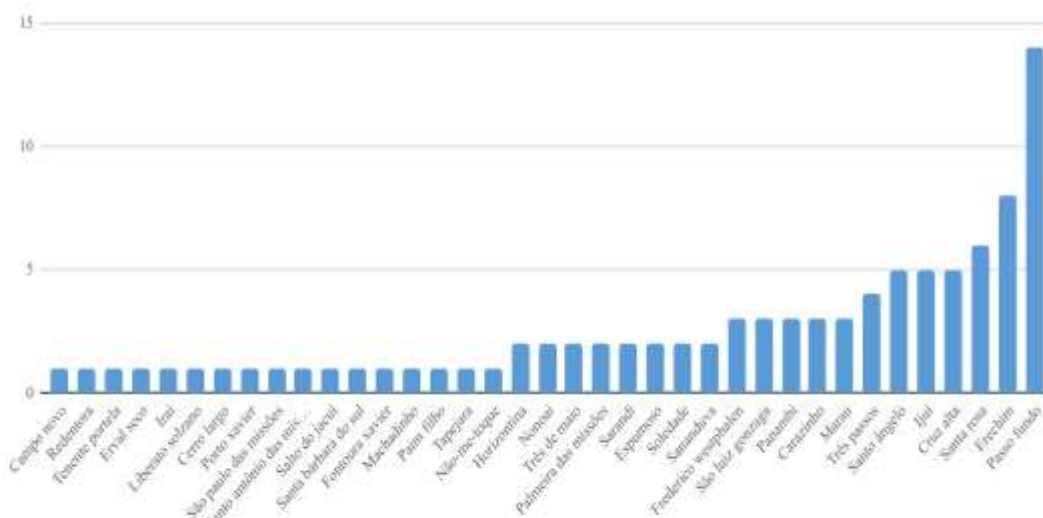
O gráfico que segue apresenta a distribuição das Unidades de Ensino por mesorregião do Estado.

Figura 1: UFAS segundo a distribuição por Mesorregião do RS



Fonte:
Elaborado pela
equipe de
pesquisa, com
base nos dados
do portal e-MEC.

Figura 2: Distribuição
de Cursos de
Serviço Social
na modalidade
EaD na
Mesorregião
Noroeste



Fonte: elaborado pela equipe de pesquisa, com base nos dados do portal e-MEC.

É possível observar que as regiões Metropolitana de Porto Alegre e Noroeste concentram a maioria das UFAS (58,7%). A mesorregião Noroeste Rio-Grandense apresenta um total de duzentos e dezesseis (216) municípios, dessa totalidade, trinta e sete (37) municípios possuem Cursos de Serviço Social. Estes municípios estão distribuídos em treze (13) microrregiões, sendo elas: Três Passos, Santa Rosa, Frederico Westphalen, Erechim, Cerro largo, Santo Ângelo, Ijuí, Carazinho, Cruz Alta, Soledade, Sananduva, Passo Fundo e Não-me-toque. Esta mesorregião possui, ao todo, cento e dois (102) Cursos de Serviço Social. Desse universo, apenas 7 (sete) cursos são presenciais, alocados em sete municípios

distintos, os restantes 95 (noventa e cinco) ofertam ensino à distância, conforme figura que segue.

Existem casos em que o município pertence a uma microrregião de mesmo nome, mas essa microrregião abrange outros municípios, por exemplo, a microrregião de Passo Fundo é composta pelo município de mesmo nome e, também, por Marau e Tapejara. Esta ocorrência também acontece nas demais microrregiões que serão apresentadas.

A mesorregião Nordeste Rio-Grandense apresenta um total de cinquenta e quatro (54) municípios, dessa totalidade, onze (11) municípios possuem Cursos de Serviço Social. Estes municípios estão distribuídos em três (03) microrregiões, sendo elas: Guaporé, Vacaria e Caxias do Sul. Esta mesorregião possui, ao todo, quarenta e sete (47) Cursos de Serviço Social. Desse universo, apenas quatro (4) cursos são presenciais, alocados em quatro municípios distintos, o restante, quarenta e três (43) tratam-se de ensino à distância.

A mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense apresenta um total de trinta e um (31) municípios, dessa totalidade, sete (07) municípios possuem Cursos de Serviço Social. Estes municípios estão distribuídos em três (03) microrregiões, sendo elas: Santiago, Santa Maria e Restinga Seca. A mesorregião possui, ao todo, vinte e nove (29) Cursos de Serviço Social. Desse universo, apenas dois (02) cursos são presenciais, alocados em dois municípios distintos, o restante, vinte e sete (27) ofertam ensino na modalidade à distância.

A mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense apresenta um total de cinquenta e quatro (54) municípios, dessa totalidade, doze (12) municípios possuem Cursos de Serviço Social. Estes municípios estão distribuídos em quatro (04) microrregiões, sendo elas: Santa Cruz Do Sul, Lajeado, Estrela e Cachoeira Do Sul.

Esta mesorregião possui ao todo trinta e dois (32) Cursos de Serviço Social. Desse universo, apenas dois (02) cursos são presenciais, alocados em dois municípios distintos, o restante, trinta (30) ofertam ensino na modalidade à distância.

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre apresenta um total de noventa e oito (98) municípios, dessa totalidade, quarenta e dois (42) municípios possuem Cursos de Serviço Social. Estes municípios estão distribuídos em sete (07) microrregiões, sendo elas: Montenegro, Gramado – Canela, São Jerônimo, Porto Alegre, Osório e Camaquã.

Esta mesorregião possui ao todo cento e oitenta e três (183) Cursos de Serviço Social. Desse universo, apenas oito (08) cursos são presenciais, os restantes, cento e setenta e cinco (175) ofertam ensino na modalidade à distância, conforme dados sintetizados no gráfico que segue:

norte-americanos chegavam para desenvolver a chamada “modernização”. No início dos anos 1990, o governo brasileiro buscou reconfigurar o ensino superior a partir dos princípios da flexibilidade, competitividade e avaliação. Esse processo é complementado pela tendência de mercantilização dos serviços educacionais e privatização, seguindo o receituário de organismos internacionais como o BID e o FMI.

A produção do conhecimento associada a ideia de universidade tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, deixa de ser uma instituição social para ser uma organização empreendedora, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, tecnocrática e superficial, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional, a chamada universidade operacional como a caracteriza Chauí (2003).

Durante os governos Lula e Dilma, em que pesem as contradições que reconhecemos nesse período, segundo dados da ONU, Ministério de Educação, IBGE e UNICEF (2014) foram criadas 18 Universidades Federais, o número de estudantes no ensino superior que, em 2003, era de 583 mil em 2013 cresceu para 1.087.400, incluindo na sua maioria (58,4%) jovens de 18 a 24 anos. Em 2004, apenas 16,7% de estudantes negros (pretos e pardos) frequentavam o ensino superior, esse percentual cresce para 45% em 2014. Esse crescimento da educação superior ocorreu em todas as regiões do país, embora ainda mantidas as desigualdades regionais. Como contrapondo, também, foi nesse período (2005) que o ensino a distância é regulamentado e incentivado, acentuando o processo de precarização da formação.

Os processos de precarização das políticas públicas de um modo geral, em razão do momento controverso que vivenciamos de radicalização neoliberal, marcado pelo retrocesso no âmbito dos direitos, redução de espaços de participação e organização popular e de recursos para financiar as políticas públicas, atingem em cheio a universidade.

Sofremos profundamente com esse contexto de desmonte, de intolerância à diversidade e avanço desmedido do capital sobre o trabalho, especialmente se temos a clareza das profundas sequelas sociais subjacentes a esses processos, cujas repercussões se farão sentir por longa data.

A qualidade do ensino superior no Brasil e mais especificamente a necessidade de avaliar os níveis de efetividade na formação, tem sido tema polêmico e motivo de preocupação do governo e da sociedade. Estratégias como o ENAD, os debates sobre a possível inclusão de exames ao final da Graduação, como os realizados pela Ordem dos Advogados, aprovação sem a qual não é permitido ao bacharel em direito exercer a profissão, apesar dos limites que existem nestes processos pontuais de avaliação, mostram que é necessário garantir algum padrão de qualidade para ofertar serviços especializados à população e

impõem exigências a qualidade na formação Como contraponto a esta lógica que amplia a exigência de qualidade verifica-se a proliferação desenfreada de cursos superiores à distância, o que vem somar-se a um conjunto de condicionantes que tem, na contemporaneidade, caracterizado a constituição da chamada universidade operacional. Esta precarização, cujo ensino à distância, é apenas um dos componentes, tem raízes bem mais profundas, e que, longe de preocupar-se com o acesso, tem como fundamento a mercantilização do ensino. (PRATES, 2012).

Vemos com muita preocupação a precarização generalizada do trabalho e mais ainda a do ensino, especialmente no que tange a supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo. E, quando nos referimos a qualidade, falamos da formação de profissionais com diversas competências, cada vez mais necessárias, entre as quais estão não só a capacidade técnica, mas também um acúmulo teórico-metodológico mais denso, consistente e coerente com uma postura e compromissos éticos que precisam ser introjetados e materializados nas produções, ações e relações estabelecidas por estes profissionais no cotidiano de trabalho.

Precisamos reconhecer que diante da precarização generalizada que caracteriza o tempo presente e da negação de valores humanos, em prol de um consumismo e individualismo exacerbados, não podemos permitir que o ensino também seja reduzido a mais uma mercadoria, vendida virtualmente. O desafio de enfrentar a precarização já tem se constituído como enfrentamento nada fácil para a docência, mesmo quando o processo ocorre de modo presencial, visto as condições cada vez mais precarizadas dos alunos que chegam a universidade, muitas vezes com possibilidades limitadas pelo contexto de investir no seu próprio processo de aprendizagem. São alunos trabalhadores que devido as condições aviltantes de trabalho a que estão expostos chegam desgastados na sala de aula, dispõem de poucos recursos para fazer leituras, para alimentar-se adequadamente, para custear os estudos, apresentam problemas decorrentes da formação anterior, de linguagem, de estruturação do pensamento, dificuldades para realizar sínteses, sistematizar produções.

Essas condições exigem o uso de estratégias diversas, algumas construídas coletivamente, para contribuir no sentido de superá-las ou pelo menos reduzi-las para que os prejuízos não impeçam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem e por consequência da formação. As condições também cada vez mais restritas de se ofertar um ensino de qualidade, resultantes de um verdadeiro processo de desmonte da universidade que, em razão de uma preocupação exacerbada com a sustentabilidade coloca como caudatárias as estratégias que privilegiam uma aprendizagem crítica e substantiva, é outro aspecto que agrava este contexto. (PRATES; ZACARIAS, 2018).

São refrações desse movimento a progressiva redução do número de docentes nas universidades, enquanto avolumam-se tarefas burocrático-administrativas a eles direcionadas, além de acumularem tarefas pedagógicas que exigem preparação e elaborações, cujos prazos e tempos não são contabilizados, o que acaba por invadir os espaços privados e de descanso desses trabalhadores, de modo sistemático. Se refletirmos sobre o tempo que ocupamos nos nossos horários de repouso respondendo e-mails de trabalho e contatos realizados pelo celular, vamos nos surpreender com o tempo despendido com o trabalho em nossas casas, reduzindo nossos já escassos horários de repouso e convivência familiar. Como consequência, observamos o adoecimento destes trabalhadores, a ampliação nos níveis de estresse, de ansiedade e da insatisfação. Esses aspectos e preocupações são externados, de modo discreto, pelos trabalhadores, porque a ameaça velada do desemprego está sempre presente, mesmo que não seja dita.

Além dessas condições adversas, reduzem-se cada vez mais os espaços pedagógicos alternativos, e uma infinidade de tarefas complementares são impostas aos docentes. Os olhos cansados de alunos e professores enxergam menos e o resultado dessa interação se fragiliza, com prejuízos para ambos.

4 A GUIA DE UMA BREVE TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA

O mapeamento das UFAS como primeira etapa do estudo sobre formação e trabalho profissional do(a) assistente social mostra que o Rio Grande do Sul possui 486 Cursos de Graduação em Serviço Social cuja grande maioria (460) é ofertada na modalidade EaD. Dos 26 cursos presenciais apenas 3 são ofertados em instituições públicas. Significa dizer que as condições político-estruturais que materializam a formação graduada em Serviço Social no Estado historicamente foi marcada pela predominância do ensino privado e mais recentemente, pós 2005 pela inserção massiva dos cursos na modalidade à distância, o que sinaliza para um processo significativo de seletividade e precarização da formação. Esse processo se agrava substancialmente a partir do processo de desmonte da universidade pública demarcado a partir do golpe de 2016, que reduz drasticamente recursos para o ensino público, para a pesquisa e a extensão. Após a ascensão do governo Bolsonaro essa situação se agrava ainda mais, com o crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo, a perseguição ao pensamento crítico, a intensificação dos processos de privatização e mercantilização do ensino, a desvalorização da produção científica, a ameaça aos espaços de participação democrática, entre tantas outras mazelas e desrespeito na área da educação, em relação as construções coletivas e aos que as fundamentaram com suas produções.

O contexto de precarização, que atinge alunos e professores, tem imposto muitos limites ao processo de ensino-aprendizagem, o que tem sido preocupação da categoria dos (as) assistentes sociais, cujas produções socializadas em congressos e encontros científicos vem abordando estes aspectos, além de estarem se constituindo como temas de investigação e estudos em nível de pós-graduação. No caso específico do RS, tem sido tema de debate entre os professores, não só para melhor identificar os seus rebatimentos, mas sobretudo para pensar alternativas de superá-los, e a troca sistemática entre os docentes e dos docentes com o corpo discente, tem sido fundamental nesse processo.

O documento intitulado Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço social elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS, critica o descompromisso das instituições de ensino e do Ministério da Educação com a educação de qualidade enquanto direito social. As análises que são aportadas no documento baseiam-se em dados coletados por 80% dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) distribuídos em todo o país que mostram diversas situações de irregularidade denunciadas ao Conselhos por alunos, professores e profissionais da área especialmente em relação a supervisão direta de estágio, etapa fundamental da formação. Entre os dados chama a atenção os que seguem: supervisão de campo com número excessivo de estagiários, estágio sem supervisão direta do/a assistente social, supervisor de campo sem vínculo trabalhista, atuando como voluntário contratação de assistentes sociais somente para realizar a supervisão de campo. (CFESS, 2014)

No que concerne a supervisão acadêmica os dados são do mesmo modo estarrecedores. Dos CRESS que participaram da coleta de dados, 7 informaram que na sua região havia denúncias de supervisão acadêmica realizada à distância, 5 informaram a existência de supervisão acadêmica e de campo realizadas pelo mesmo profissional, 5 afirmaram ter recebido denúncias sobre a inexistência de supervisão acadêmica, em 2 os supervisores acadêmicos tinham registros em outros estados, em 1 tinham o registro cancelado, em 1 a supervisão acadêmica presencial era realizada apenas uma vez por mês, em 4 as denúncias afirmavam número excessivo de estudantes e em 2 Regiões os CRESS constaram a ausência de interlocução entre supervisão acadêmica e campo de estágio. Soma-se a isto situações precárias nos campos de estágio envolvendo a qualidade de estrutura e inclusive a realização de atividades pelo estagiário que não tem qualquer relação com o Serviço Social. (CFESS, 2014).

Estudo em nível de mestrado, realizado por Curtis (2018) sobre estágio, mostra que no RS, uma unidade de ensino à distância investigada atribuía aos alunos a responsabilidade pela busca de campos de estágio, transferindo a responsabilidade da universidade para os discentes, mostra ainda que a supervisão acadêmica é realizada somente quando o aluno

sente necessidade e agenda com o supervisor, mais uma vez transferindo para o aluno a responsabilidade de avaliar a pertinência e periodicidade de um processo de acompanhamento que deveria ser sistemático e direcionado pelo supervisor.

Soma-se a tudo isso o fato de esse enorme volume de Unidades não serem filiadas a ABEPSS e, portanto, não compactuarem do compromisso de garantir a direção ético-política coletivamente pautada pela categoria e cada vez mais necessária de ser reafirmada, em tempos tão sombrios. Se reconhece, por fim, que há necessidade de adensarmos investigações e reflexões sobre este tema complexo que dialoga com tantos outros de igual complexidade. Nosso intuito ao socializar esses dados ainda preliminares relativos ao Rio Grande do Sul foi o de instigar o debate na área.

REFERÊNCIAS

- BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 7, n. 1 p. 3-22. jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3935>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social**. Vol 2. Brasília, DF: CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CURTIS, Kelvin Henrique Bernardo. **As expressões dos impactos do mundo do trabalho no estágio supervisionado em Serviço Social**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8062/4/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Kelvin%20Henrique%20Bernardo%20Curtis.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- MEC. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- PRATES, Jane Cruz. Entre a ampliação do acesso e a mercantilização do ensino: o processo de precarização em debate. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 205 - 210, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12911/8648>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- PRATES, Jane Cruz; ZACARIAS, Inez Rocha. A precarização da formação profissional em Serviço Social: O EAD em debate. **Anais 2018 IV SERPINF-** Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família II SENPINF- Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: Marcas históricas e movimentos contemporâneos.

Porto Alegre, PUCRS, 2018. Disponível em:
<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2018/arquivos/23.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.